

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3477/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes para exercer o cargo de Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio de 2022/2024, nos termos do artigo 17, § 8º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3478/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Agregar ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, no interesse do serviço, o 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, Plínio Alessi Junior, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3479/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Agregar ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, no interesse do serviço, a 64ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Amaral Cavalcante, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3458/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 8.7.2022, a Portaria nº 2441/2020-PGJ, de 9.7.2020, que agregou ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público a 52ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3459/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 8.7.2022, a Portaria nº 2423/2020-PGJ, de 9.7.2020, que agregou ao Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público a 57ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3440/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor de termo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, MPRJ (Processo PGJ/10/1515/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-794/2022-PGJ, DE 4.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-659/2022-PGJ, de 8.6.2022, na parte que concedeu férias ao(à) Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti, de forma que, onde consta: a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1 a 10.7.2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022, passe a constar: a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 29.7 a 7.8.2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-805/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Luiz Rodrigues, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2017/2018	5	25 a 29.7.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-809/2022/PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-683/2022-PGJ, de 8.6.2022, na parte que concedeu férias ao(à) Promotor de Justiça - Entrância Especial Regina Dornte Broch, de forma que, onde consta: a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 4 a 13.7.2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022, passe a constar: a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 8 a 17.8.2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-810/2022/PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Thiago Barbosa da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-811/2022/PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Thiago Bonfatti Martins, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2016/2017	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-812/2022/PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	22 a 31.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-813/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gisleine Dal Bó, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	10	11 a 20.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3393/2022-PGJ, DE 7.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Declarar vago, a partir de 20 de junho de 2022, o cargo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ocupado por Adiemila Paiolla de Oliveira Drummond, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (PGA nº 09.2022.00005688-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3465/2022-PGJ, DE 12.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Shirley Cristina da Silva Campos, Assessora de Procurador, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão do Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, passando esta a ter a seguinte composição: Ana Paula de Campos Trindade, Ana Paula Leite da Silva, Cynthia Maria Souza da Silveira, Egma Aparecida Vicente Pereira, Felinto Paes de Barros Neto, José Guilherme de Oliveira, Márcio Luiz de Sousa, Paula Rogeria Gama Santos, Renata Gomes Carpes, Sandra de Campos, Shirley Cristina da Silva Campos, Silvana Pinheiro da Silva, Waleria Silva Leite e Wilson Nantes de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3426/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Juliano Gonçalves Cortez, ocupante do cargo em comissão de Assistente Militar, símbolo MPAM-203, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação do Setor de Segurança Patrimonial no período de 11 a 20.7.2022, em razão de férias do titular Jose da Cruz Soares, Assessor Militar.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3427/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Willian da Silva Costa, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 54ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 1º a 8.7.2022.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3428/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Priscilla Nakaya Kinoshita, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 51ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 28ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 1º.7.2022, até ulterior deliberação.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3430/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Autorizar à servidora Paula Rogeria Gama Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, em exercício na 3ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, pelo período de 3 (três) meses, a contar de 1º.7.2022, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2021.00006869-1).

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3432/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Brauner Murilo de Melo Biscoli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Ivinhema, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Eldorado, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 11 a 20.7.2022, em razão de férias da servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3436/2022-PGJ, DE 11.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Henrique Sanches, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 8.7.2022 e no período de 11 a 20.7.2022, em razão de banco de horas e férias do servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos, Assessor Jurídico.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 11ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 20 DE JUNHO DE 2022.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000572-5**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde a comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Shopping Campo Grande e outros

Assunto: Apurar se o Poder Público Municipal vem fiscalizando o efetivo cumprimento das medidas sanitárias gerais e específicas estabelecidas como condição de funcionamento do Shopping Campo Grande, Shopping Norte Sul, Shopping Bosque dos Ipês e Pátio Central Shopping, para prevenir/conter a propagação da COVID-19, na forma Decreto n. 14.257 (publicado em 17.4.2020), da Resolução Conjunta SESA/SEMADUR n. 5 (publicada em 17/04/2020) e das demais regras de biossegurança fixadas; bem como apurar se foram sanadas, pelos referidos estabelecimentos comerciais, as irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria Técnica n. 08/2020, referente às vistorias técnicas realizadas por esta Promotoria de Justiça nos dias 22/04 e 23/04/2020.





EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL E PREVENÇÃO À CONTAMINAÇÃO PELA COVID-19 NOS SHOPPINGS CAMPO GRANDE, NORTE SUL, BOSQUE DOS IPÊS E PÁTIO CENTRAL, AVERIGUAÇÃO DAS IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA Nº 08/2020 - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que, em atendimento às recomendações ministeriais nº 008/2020/32PJ/CGR e nº 0012/2020/32/PJ/CGR expedidas no PA nº 09.2020.000000657-9, tem-se que a SESAUI-Secretaria Municipal de Saúde e a SEMADUR-Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de Gestão Urbana, informaram acerca do acatamento das medidas estabelecidas, afirmando que foram realizadas vistorias nos Shoppings Centers desta Capital, constatando-se o cumprimento das regras de biossegurança apontadas no Relatório Técnico do Ministério Público Estadual. Ademais, os órgãos competentes, atenderam às sugestões e demais solicitações do Parquet, promovendo diversas fiscalizações ostensivas, oportunidade em que se verificou o cumprimento das medidas de biossegurança em todos os Shoppings do Município de Campo Grande, no enfrentamento da pandemia. Assim, de mister o arquivamento deste procedimento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000752-7**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apuração do cumprimento das normas de distanciamento social e prevenção à contaminação pela COVID-19, na sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL E PREVENÇÃO À CONTAMINAÇÃO PELA COVID-19 NA SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que o presente procedimento foi instaurado a partir de "denúncia anônima", na qual se relatou o descumprimento das normas de biossegurança no setor administrativo da SESAUI, de forma a expor seus funcionários a risco de contágio pelo coronavírus (COVID-19). Desta feita, após diversas diligências promovidas pelo Parquet, concluiu-se que foram adotadas todas as providências necessárias para o cumprimento das normas de distanciamento social e prevenção à contaminação pela COVID-19, na sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, notadamente, ante a inspeção realizada pela Vigilância Sanitária Municipal em 08.04.2022 (Relatório Conclusivo n.º 095/2022/SESTRAB), oportunidade em que se apontou que as medidas corretivas adotadas foram satisfatórias, ressaltando que os postos de trabalho, apresentavam conforto, adequação e organização ambiente, ponderando-se que o uso de máscaras de proteção facial, em unidades administrativas, deixou de ser obrigatório, consoante o Decreto Municipal nº 15.158, de 21/03/2022. Assim, de mister o arquivamento deste procedimento investigatório. No entanto, é de se observar que tal providência, não importa em que, se houver outros motivos que exijam novas medidas protetivas de biossegurança, sejam elas adotadas, inclusive, no âmbito das atribuições do Ministério Público, podendo o feito ser desarquivado. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001049-0**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Fernando José Hildalgo Gomes.

Requerido: Município de Dourados, ENERSUL e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A

Assunto: Apurar dano ambiental causado pela erosão provocada pela falta de rede coletora de água pluvial, bem como ilícito causado em árvore amarrada por um cabo de aço (objeto originário do Inquérito Civil 124/2011/PJDMA).

**Advogados: Nuno Henrique de Carvalho Capitão Vigário – OAB/MS nº 13.235 e Cíntia Jueci Menguini Barbosa – OAB/MS nº 11.958.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – FORMAÇÃO DE PROCESSOS EROSIVOS COMO DECORRÊNCIA DO ACÚMULO DE ÁGUAS PLUVIAIS NÃO CAPTADAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE DRENAGEM - IRREGULARIDADES SANADAS PELO ENTE PÚBLICO REQUERIDO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO PARQUET - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a Municipalidade adotou, imediata e





suficientemente, as providências necessárias para regularizar o escoamento do excesso de águas pluviais não captadas pelo sistema público de drenagem e assim conter a formação de processos erosivos na área objeto da investigação, sem que tenha remanescido sobressalente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco adjacente, exsurge imponente o perecimento superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003538-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiental da comarca de Corumbá

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Município de Ladário

Assunto: Apurar eventual passivo ambiental decorrente do lançamento de águas pluviais no interior dos Lotes nºs 82, 84 e 86 e adjacências, da Rua Almirante Tamandaré, situados na zona urbana do Município de Ladário/MS, em razão da ausência de sistema de drenagem de águas pluviais na região, assim como averiguar quais medidas administrativas encetadas pelo Executivo Municipal, com vistas à regularização ambiental e sanitária da área - decorrente da migração para o SAJ/MP do IC 07/2017, que continha cento e sessenta e nove páginas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – SANEAMENTO BÁSICO – FORMAÇÃO DE PROCESSOS EROSIVOS E CARREAMENTO DE SEDIMENTOS EM ÁREA DE ENCOSTA – DESPEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NÃO CAPTADAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE DRENAGEM – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO ENTE PÚBLICO REQUERIDO – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a Municipalidade adotou, imediata e suficientemente, as providências necessárias para regularizar o escoamento do excesso das águas pluviais não captadas pelo sistema público de drenagem implementado na área de encosta em que noticiada a formação de processos erosivos, sem que tenha remanescido sobressalente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco adjacente, exsurge imponente o perecimento superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001270-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Henrique Guedes Azevedo

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 76 da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – PROJETO CABURÉ: DIAGNÓSTICO ECOSISTÊMICO DAS PROPRIEDADES QUE MARGEIAM O RIO IVINHEMA – EROSÃO – PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO INQUISITORIAL – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da regularidade jurídico-ambiental do imóvel objeto da investigação, cujas áreas de preservação permanente se encontram incólumes e o solo em bom estado de conservação, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a manutenção do inquisitorial.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000641-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Aldo Castanha, Edson Kasuo Yamamoto, Gerson Castanha e Valcir Diberto Grigoli

Assunto: Apurar a ausência de 70 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal, na Fazenda Lisboa, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 009/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Curupaí).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – RESERVA LEGAL – DÉFICIT VEGETATIVO – COMPENSAÇÃO – AQUISIÇÃO DE COTAS FLORESTAIS EQUIVALENTES – IRREGULARIDADES SANADAS – INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO ECOLÓGICO OU CENÁRIO MOVEDIÇO DE RISCO AMBIENTAL ADJACENTE – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO PARQUET – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Conclui-se pelo perecimento superveniente do interesse de agir do Ministério Público para a tutela coletiva se, à míngua da remanescência de prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco ao meio ambiente, o requerido, na forma do art. 66 da Lei n.º 12.651/2012, promoveu a compensação do déficit de



reserva legal havido em sua propriedade, devidamente inscrita no CAR/MS, através da aquisição de cotas florestais equivalentes.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00001158-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Recorrente: Sérgio Martins de Souza Queiroz

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar representação feita por Sérgio Martins de Souza Queiroz, a fim de se viabilizar a universalização do acesso à rede pública de esgotamento sanitário em Fátima do Sul.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO – ARQUIVAMENTO – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – SANEAMENTO BÁSICO – UNIVERSALIZAÇÃO DE ACESSO – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DOS ENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA ATUAÇÃO FUNCIONAL DO PARQUET – RECURSO DESPROVIDO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da atuação positiva e eficaz dos organismos estatais na implementação de políticas públicas de saneamento básico, com vistas à universalização do acesso à rede de água e esgoto, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo Parquet.

**Advogados: Ana Karina de Oliveira Silva – OAB/MS nº 10.733 e outros.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator.**

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001211-9**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Oggi Bikes (Ox da Amazônia Indústria de Bicicletas S.A.)

Assunto: Apurar se a empresa denominada Oggi Bikes comercializa suas bicicletas com os equipamentos de segurança exigidos pela legislação brasileira de trânsito.

**Advogados: Felipe Augusto Vieira Leal Bezerra - OAB/SP nº 302.625 e Sidnei Malena – OAB/SP nº 130.644 (FVL Advocacia).**

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – CONSUMIDOR – FABRICANTE DE BICICLETAS – DEVER DE COMERCIALIZAR SEUS PRODUTOS COM OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta com obrigações suficientes para o acautelamento das irregularidades consumeristas desveladas, cujo adimplemento será aquilutado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000863-2**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Carlos Videira, Gerson Schaustz, José Jorge Filho e Murilo Zauith

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes na contratação de prestador de serviços para reforma da 1ª Delegacia de Polícia de Dourados, sem o prévio e devido procedimento licitatório e com ausência de pagamento pelos serviços prestados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTES NA CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS PARA REFORMA DA 1ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE DOURADOS, SEM O PRÉVIO E DEVIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Celebrado termo de ajustamento de conduta, o órgão de execução deverá, depois de promover o arquivamento com a remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público, instaurar procedimento administrativo para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do termo de ajustamento de conduta, conforme previsto no Enunciado nº 9 do CSMP e no art. 38 da



Resolução nº 015/2007-PGJ. 2. Assim, faz-se necessário o retorno dos autos à 16ª Promotoria de Justiça de Dourados, a fim de que informe nos autos o número de registro do procedimento administrativo no sistema SAJ/MP. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça origem para a conclusão das diligências faltantes, nos termos do voto da Relatora.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003531-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Água Clara/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil, orçamentária e financeira, pela gestão anterior da Câmara Municipal de Água Clara/MS, constatadas por sua Controladoria Interna.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PELA GESTÃO ANTERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL – ENTIDADE DEVIDAMENTE CADASTRADA -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante a celebração de Acordo de Não Persecução Cível, em conformidade com as exigências da Resolução nº 3/2021-CPJ, da Resolução nº 5/2012-CPJ e da Resolução nº 015/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas dos acordos, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00007169-6, com fulcro nos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000807-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Carlos Bocchese Guazzelli (Fazenda Santa Matilde)

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 22,39 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Santa Matilde em Caracol/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR DANO AMBIENTAL EM RAZÃO DA EXPLORAÇÃO DE 22,39 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA SANTA MATILDE - MUNICÍPIO DE CARACOL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003160-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Patrícia Lopes Bazanela e Patrick Lopes Bazanela

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa por Patrícia Lopes Bazanela e Patrick Lopes Bazanela

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE À CÂMARA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE TERENOS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram constatados elementos indicativos do dolo com fim ilícito, tampouco a presença de indícios que demonstrem a ocorrência de danos ao erário, enriquecimento ilícito ou mesmo benefícios indevidos para si ou para outra pessoa ou entidade. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação



civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000390-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Wagner Luiz Florentino Cavaleiro, Novo Horizonte Assessoria e Consultoria Empresarial

Assunto: Análise e deliberação pelo Conselho Superior do MP, acerca do Acordo de Não Persecução Civil, celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000701-1/31ªPJCG, com os compromissários Wagner Luiz Florentino Cavaleiro e Novo Horizonte Assessoria e Consultoria Empresarial (oriundo do IC nº 06.2016.00000701-1). **Advogados: Carlos Alberto de Jesus Marques, OAB/MS nº 4.862 e outros.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ACERCA DOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL, CELEBRADOS NOS AUTOS DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2016.00000701-1/31ªPJCG - DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS ORIGINAIS – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA - CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de Acordos de Não Persecução Cível com os compromissários, em conformidade com as exigências da Resolução nº 3/2021-CPJ, da Resolução nº 5/2012-CPJ e da Resolução nº 015/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas dos acordos, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003576-0/31ªPJC, com fulcro nos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000015-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Rochedo

Assunto: Averiguar a legalidade/constitucionalidade do ato jurídico do "João Cordeiro", objeto do Projeto de Lei Municipal nº 007/2021, de iniciativa da Câmara Municipal de Rochedo, para promover a doação/distribuição de lotes urbanos em tal Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A LEGALIDADE DA DOAÇÃO DE LOTES URBANOS PELO MUNICÍPIO DE ROCHEDO - “LOTEAMENTO JOÃO CORDEIRO” - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do feito, porquanto não foram constatadas irregularidades na doação de lotes pela Prefeitura Municipal de Rochedo, autorizada pela Lei Municipal nº 805/2019 e realizada mediante sorteio público, tendo sido garantida a devida publicidade. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000645-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adil Carlos de Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 10,50 hectares em área de Savana Florestada, conforme Parecer nº 557/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016/2017), bem como apurar desmatamento de 20,27 hectares na bacia hidrográfica do Rio Paraguai, conforme Parecer nº 249/17/NUGEO (Operação Cervo-do-Pantanal 2013/2015), na fazenda Salto, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**Advogada: Vera Helena Ferreira dos Santos, OAB/MS nº 5.380.**



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DESMATAMENTO DE 10,50 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA FLORESTADA E DE 20,27 HECTARES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ – FAZENDA SALTO - MUNICÍPIO DE COXIM/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, visando a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel rural, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007- PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003838-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007- PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001621-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo Requerentes: Ministério Público Estadual e Mayky Oliveira Lima

Requeridas: Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social - IACBEAS e União Centro Oeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia - UCOB

Assunto: Averiguar a existência de poluição sonora nos entornos da Instituição de Ensino "Escola Adventista de Mundo Novo.

**Advogado: Guilherme Saab Lanza, OAB/MS nº 23751-B.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NA PRÁTICA DE POLUIÇÃO SONORA NOS ENTORNOS DA ESCOLA ADVENTISTA - MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto os danos ambientais especificados na portaria do inquérito civil não foram confirmados após a realização de vistoria “in loco” pela Polícia Militar Ambiental. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007- PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001517-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Bodoquena e o Município de Bodoquena

Assunto: Apurar a legalidade da contratação da empresa Fixa Comunicações e Eventos Ltda pelo Município de Bodoquena e Câmara Municipal de Bodoquena, bem como dos serviços prestados pela empresa, ocasionando lesão ao Erário e violação aos princípios administrativos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FIXA COMUNICAÇÕES E EVENTOS LTDA PELO MUNICÍPIO DE BODOQUENA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas as irregularidades objeto do presente feito, haja vista que não há elementos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa no procedimento licitatório ora investigado. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. O Conselheiro Silasneiton Gonçalves se deu por impedido de votar tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.**



**10. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000706-0**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requeridos: O Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de

supostas irregularidades decorrentes do pregão eletrônico nº 126/2019 – SAD, Processo nº 55/001.197/2019, concernente a produtos hospitalares.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES DECORRENTES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2019 – SAD, PROCESSO N. 55/001.197/2019 - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não foram constatadas as irregularidades objeto do presente feito, haja vista que não há elementos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa no procedimento licitatório ora investigado. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**11. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001005-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em licitações realizadas pelo Município de Terenos visando a reforma do Parque Municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE TERENOS VISANDO A REFORMA DO PARQUE MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas as irregularidades objeto do presente feito, haja vista que não há elementos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa no procedimento licitatório ora investigado. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDÓ JOSÉ DE LIMA:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000380-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jonas Chaves Júnior

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado "Sitiocas Lambari – Lote 19" tal como consta na Ficha Cadastral nº 0271, no âmbito do Programa SOS RIOS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE IMÓVEL RURAL - SOS RIOS – CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. 1. Propriedade rural situada às margens do Rio Aquidauana que apresenta irregularidades ambientais, constatadas através de Diagnóstico da empresa Deméter Engenharia Ltda (Programa SOS Rios). Após intervenção ministerial, o compromissário se comprometeu a regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001347-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Romildo Ferreira da Silva

Requeridos: Município de Ladário/MS

Assunto: Apurar suposta convocação de aprovados no concurso público para cargos de pessoal do Poder Executivo de Ladário (Edital 01/01/2015) após o decurso do prazo de vigência do certame.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO APÓS O DECURSO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CERTAME – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – NOMEAÇÃO REALIZADA DENTRO DO PRAZO PREVISTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constataram as irregularidades objeto da portaria do Inquérito Civil, pois demonstrou-se que a nomeação dos candidatos ocorreu dentro do prazo de vigência do concurso; 2. Conforme item 15.4 do Edital, o referido certame tinha validade de 02 (dois) anos a contar da data da homologação do seu resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal. Diante disso, verifica-se que o concurso era válido até 12/04/2020, já que foi homologado em 12/04/2016 e prorrogado em 12/04/2018; 3. O Município de Ladário/MS apresentou os esclarecimentos pertinentes, de modo que a finalidade do procedimento foi atingida. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001366**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Antônio Bassetto Junior e Nayara Zago Bassetto

Assunto: Apurar desmatamento de 3,55 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Boa Vista, em Chapadão do Sul, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 262/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DESMATAMENTO ILEGAL EM IMÓVEL RURAL – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE – CELEBRAÇÃO DE TAC – CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. 1. Através de Parecer do NUGEO, constatou-se a ocorrência de desmatamento ilegal em propriedade rural situada em Chapadão do Sul/MS. Após intervenção ministerial, o compromissário se comprometeu a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Desnecessária a instauração de Procedimento Administrativo-PA para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, pois o requerido comprovou a realização das medidas acordadas; 3. Diante do cumprimento das obrigações impostas, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000651-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Vespaziano Nogueira de Camargo e Epaminondas Nogueira de Camargo

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 248 a 253, localizadas nas Fazendas Pedra Branca e Carro Velho, no município de Paraíso das Águas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INTERVENÇÃO AMBIENTAL PARA RECUPERAÇÃO DE NASCENTES QUE FAZEM PARTE DA BACIA DO RIO SUCURIÚ - PROJETO PRESERVÁGUA - CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES - CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS. 1. Propriedades rurais que apresentam irregularidades ambientais, constatando-se a necessidade de readequar o sistema de solo, a fim de corrigir falhas identificadas para estabilização do carreamento de sedimentos que tende a assorear o corpo d'água correspondente às nascentes 248 a 253. Após intervenção ministerial, os compromissários se comprometeram a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental dos imóveis, culminando na elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimentos Administrativos-PAs instaurados para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TACs, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**



**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002726-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estelita Domingos Armelin

Assunto: Apurar o desmatamento de 38,8 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na fazenda São João, de propriedade de Estelita Domingos Armelin, conforme Auto de Infração nº 23678 do IMASUL.

**Advogados: Regis Ottoni Rondon, OAB/MS nº 8.021 e Ruy Ottoni Rondon Junior, OAB/MS nº 5.637.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DESMATAMENTO IRREGULAR DE IMÓVEL - CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES - RELATÓRIO CEIPPAM - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural que apresenta desmatamento de mata nativa fora de reserva legal sem autorização do órgão competente. Após intervenção ministerial, a compromissária se comprometeu a formalizar carta consulta ao IMASUL, bem como sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000545-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waldomiro Molina

Assunto: Apurar desmatamento de 15,15 hectares em área de Vegetação Ciliar - Aluvial e Savana (cerrado), na fazenda Pouso Alegre, em Nova Alvorada/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 406/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL – PARECER NUGEO – PROGRAMA DNA AMBIENTAL - IRREGULARIDADES CONSTATADAS – CELEBRAÇÃO DE TAC – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL – INSTAURAÇÃO DE P.A. – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural situada em Nova Alvorada do Sul/MS que apresenta desmatamento ilegal, constatado através de parecer do NUGEO e de Vistoria da Polícia Militar Ambiental. Após intervenção ministerial, o compromissário se comprometeu a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000817-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Alda Peixoto

Assunto: Apurar possível desmatamento de 4,51 hectares, ocorrido no Lote 42 do Assentamento Retirada da Laguna, de propriedade de Alda Peixoto, conforme Parecer Nugeo 85/17/Nugeo e Auto de Infração nº 23383.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO – PARECER NUGEO – OPERAÇÃO CERVO-DO-PANTANAL – IRREGULARIDADES CONSTATADAS – CELEBRAÇÃO DE TAC – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL – INSTAURAÇÃO DE P.A. – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural situada em Guia Lopes da Laguna/MS que apresenta desmatamento ilegal, constatado através de parecer do NUGEO e de Vistoria da Polícia Militar Ambiental. Após intervenção ministerial, a compromissária se comprometeu a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000152-9**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo no Hospital Edelmira Nunes de Oliveira, de Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE NEPOTISMO NO HOSPITAL EDELMIRA NUNES DE OLIVEIRA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que a administração do Hospital corrigiu a situação irregular inicialmente apontada, culminando na demissão e rescisão contratual dos envolvidos; 3. Adotadas todas as providências necessárias, o arquivamento dos autos se impõe, haja vista que não remanescem providências a serem tomadas. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000953-2**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospitais públicos e privados de Campo Grande

Assunto: Apurar possível descumprimento ao caput e o § 1º do art. 9º do Decreto nº 15.396, de 19/03/2020 com sua redação alterada pelo Decreto nº 15.470, de 07/07/2020, que determina a todos os hospitais das redes pública e privada de saúde a obrigatoriedade de informar à Secretaria de Estado de Saúde os dados de internações de casos suspeitos e/ou confirmados de coronavírus (COVID-19), em tempo real, por meio do site <https://aplicacao.saude.ms.gov.br/eSICOVID19>.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO AO CAPUT E § 1º DO ART. 9º DO DECRETO N. 15.396/20, ALTERADO PELO DECRETO N. 15.470/20, QUE DETERMINA A TODOS OS HOSPITAIS DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA A OBRIGATORIEDADE EM INFORMAR À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE OS DADOS DE INTERNAÇÕES DE CASOS SUSPEITOS E/OU CONFIRMADOS DE CORONAVÍRUS EM TEMPO REAL, POR MEIO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO RESPECTIVO – ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foi empregada postura ativa pela Promotoria de Justiça de origem junto aos hospitais da rede pública e privada deste município, visando à regularização da disponibilização dos dados de internações causadas pelo coronavírus. 2. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000565-8**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande, SESAU - Secretaria Municipal de Saúde e a SEMADUR-Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana

Assunto: Averiguar a liberação do funcionamento dos Templos Religiosos durante a Pandemia da Covid-19 nesta Capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR A LIBERAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS TEMPLOS RELIGIOSOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM CAMPO GRANDE/MS – ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas medidas administrativas intensivas e ostensivas pela Gestão Municipal na fiscalização das atividades religiosas objeto deste procedimento, aliado ao avanço da cobertura vacinal que abrandou a situação epidemiológica. 2. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000063-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Elias Campos e Maria Francisca Rodrigues Pereira

Assunto: Apurar desmatamento de 2,54 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial, na fazenda Bandeira, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 426/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE 2,54 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO CILIAR ALUVIAL, NA FAZENDA BANDEIRA, EM PARANAÍBA/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 426/NUGEO – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações contidas nas fls. 226-235. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00003132-0, para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades diagnosticadas foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002793-7**

76ª Promotoria de Justiça a Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Apurar a necessidade de implantação de um Centro de Atendimento Multidisciplinar Especializado para tratamento de pacientes com hemofilia e outras coagulopatias no Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADO PARA TRATAMENTO DE PACIENTES COM HEMOFILIA E OUTRAS COAGULOPATIAS, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve adoção de providências por parte da Administração, através da implementação do ambulatório de coagulopatias da rede Hemosul no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. 2. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000273-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sergio Zanella

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental, conforme Ofício nº 360/2016/CAOMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA COXILHA, EM SÃO GABRIEL DO OESTE/MS, QUE FOI OBJETO DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES APONTADAS NA FICHA CADASTRAL Nº 0032 – OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10/CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que, embora o proprietário do imóvel rural em questão tenha acostado cópia do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade, faz-se necessário promover novas diligências a fim de comprovar que as demais irregularidades apontadas no diagnóstico ambiental (fl. 18) foram sanadas. 2. Ressalta-se que conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que houver dano ambiental é imprescindível a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta a fim de saná-lo, não sendo suficiente, apenas a apresentação de CAR e de PRADA para subsidiar a promoção de arquivamento. 3. Assim, vota-se pela não



homologação da promoção de arquivamento, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto do Relator.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000110-6**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a responsabilidade do município de Ponta Porã em não proceder a devida reforma, manutenção e limpeza da sede do Abrigo Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ EM NÃO PROCEDER A DEVIDA REFORMA, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA SEDE DO ABRIGO MUNICIPAL – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve adoção de providências por parte da Gestão Municipal, visando a resolução das irregularidades identificadas na sede da Instituição Municipal de Acolhimento de Ponta Porã. 2. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001152-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hideo Takeuchi, Fazenda União I

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 42,49 hectares de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda União I, em Bela Vista/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 564/19.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 42,49 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, OCORRIDO NA FAZENDA UNIÃO I, EM BELA VISTA/MS, DETECTADOS PELO PARECER NUGEO N. 564/19 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 48-55. 2. Conforme consignado nos autos, não restam cláusulas a serem cumpridas no termo de compromisso firmado, passíveis de acompanhamento pelo Parquet, haja vista a quitação integral do quantum indenizatório fixado ao compromissário, como se vê do comprovante de fl. 56. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **8. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000756-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerentes: Ministério Público Estadual e Vanilce Aparecida Souza Silva

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental consistente na aplicação irregular de agrotóxicos, praticado pelos proprietários da fazenda Jaraguá, no município de Terenos/MS.

**Advogados: Luiz Cláudio Neto Palermo, OAB/MS nº 17.139 e Áqvis Junior Soares, OAB/MS nº 17.190 e Pedro Puttini Mendes, OAB/MS nº 16.518.**

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NA APLICAÇÃO IRREGULAR DE AGROTÓXICOS, PRATICADO PELOS PROPRIETÁRIOS DA "FAZENDA JARAGUÁ", NO MUNICÍPIO DE TERENOS/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas no Feito, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil





Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas. 2. Não restou constatada a existência de dano ambiental ou utilização de defensivos agrícolas não autorizados pela legislação brasileira, pelos proprietários da "Fazenda Jaraguá", localizada em Terenos/MS, não subsistindo, portanto, fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, sendo o arquivamento medida que se impõe. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000986-5**

4ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a precariedade estrutural da Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Tranin, do Distrito de Arapuá, Município de Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR A PRECARIEDADE ESTRUTURAL DA ESCOLA ESTADUAL AFONSO FRANCISCO XAVIER TRANIN - REALIZAÇÃO DE REFORMA TOTAL DO PRÉDIO - NORMAS DE ACESSIBILIDADE E PLANO DE SEGURANÇA DO CORPO DE BOMBEIROS ATENDIDOS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, visto que após a atuação da Promotoria de Justiça de origem houve a realização de reforma em toda a estrutura física da unidade escolar, além da construção de rampas de acessibilidade e um ginásio poliesportivo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000596-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato Felipe Pinheiro Martins

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de dano ambiental, decorrente de intervenção na Área de Preservação Permanente APP do Córrego Bugio, em imóvel rural denominado "Chácara Por do Sol", de propriedade de Renato Felipe Pinheiro Martins, situado no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - DANO AMBIENTAL - DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA- TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000735-6**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos serviços da Associação de Amparo à Maternidade e à Infância AAMI (Maternidade Cândido Mariano), no que se refere à falta de acolhimento com classificação de risco, falta de médico pediatra para acompanhamento de parto, bem como a falta de mensuração imediata do índice de apgar nos recém-nascidos.

**Advogado: Davi Nogueira Lopes – OAB/MS nº 10.330B**



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR SUSPOSTA DEFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO PRESTADO PELA MATERNIDADE CÂNDIDO MARIANO - IRREGULARIDADES SANADAS - FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E ADEQUAÇÃO DA ESCALA DE PLANTÕES DOS MÉDICOS PEDIATRAS -INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS “BABY PUFFS” PARA O IMEDIATO ATENDIMENTO DE RECÉM-NASCIDOS EM PARADA CARDIORESPIRATÓRIA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, pois após fiscalização do Conselho Regional de Medicina, a maternidade realizou todas as adequações sugeridas e instalou equipamentos “baby puffs” nos berços de aquecimento para a assistência imediata de recém-nascidos em parada cardiorrespiratória. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001231-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adair José de Oliveira, Adelino Favoreto e Carmem Beatriz Sperotto

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação das nascentes nº 14 e 15, localizadas na Fazenda Tonito, no município de Chapadão do Sul.

**Advogado: Arvelino Pelisson Junior, OAB/PR nº 42.487.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000971-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Bandeirantes

Assunto: Apurar possível irregularidade na contratação, através da dispensa de licitação n. 5/2019, de revista para atender interesses da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE REVISTA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES – DISPENSA DE LICITAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADE – AUSÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve comprovação de indícios de ilegalidade na contratação, mediante dispensa de licitação, de revista para atender aos interesses da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes. As diligências identificaram que o contrato respeitou a média de preços para os serviços prestados, inexistindo superfaturamento, tampouco dano ao erário. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexiste fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

##### 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001300-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Usina Fátima do Sul Agro-Energética S/A.

Assunto: Averiguar possíveis impactos negativos causados pelo uso da vinhaça para fertirrigação na Usina Fátima do Sul



Agro-Energética S/A Álcool e Açúcar, localizada no Município de Fátima do Sul/MS (Relatório de Vistoria Técnica nº 066/CORTEC/2018).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE FÁTIMA DO SUL – MEIO AMBIENTE – AVERIGUAR SUSPEITA DE USO IRREGULAR DA VINHAÇA PARA FERTIRRIGAÇÃO NA USINA FÁTIMA DO SUL AGRO-ENERGÉTICA – VISTORIA TÉCNICA PELO DAEX – IRREGULARIDADES SANADAS – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) PROTEGIDAS – PARÂMETROS EXIGIDOS NA RESOLUÇÃO SEMADE N. 19/2015 PARA APLICAÇÃO DA VINHAÇA DEVIDAMENTE ATENDIDOS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica porquanto o DAEX identificou que as irregularidades apontadas foram devidamente sanadas. Após vistoria in loco, constatou-se que as Áreas de Preservação Permanente estão devidamente protegidas, bem como foram atendidos integralmente os parâmetros exigidos na Resolução SEMADE n. 19/2015 para aplicação da vinhaça. Objeto esvaziado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003402-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Niwton Benites Cicalise

Assunto: Apurar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência de desmatamento de 15 (quinze) hectares sem autorização do órgão ambiental competente (decorrente da migração de sistema do IC nº 14/2012-PJCAN).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANASTÁCIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE DA RESERVA LEGAL NA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO – VISTORIA IN LOCO – DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO – ÁREA REGENERADA E ISOLADA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico-ambiental da propriedade. Após vistoria in loco da Polícia Militar Ambiental e da assessoria do órgão de execução, identificou-se que a área se encontra preservada, regenerada e isolada, inexistindo qualquer dano ambiental. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001183-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lenir Chaparini e Agropecuária Mullenium Ltda.

Assunto: Apurar desmatamento de 2,23 hectares em área de vegetação nativa, bioma Cerrado, na Fazenda Água Branca, Potreirinho e Esperança, em Maracaju/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 360/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Parecer Técnico n. 22/2020-NMI-MS/DITEC-MS/SUPES-MS.

**Advogado: Vanessa Rodrigues Hermes – OAB/MS nº 014337.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MARACAJU – MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 2,23 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000403-0

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar





Assunto: Acompanhar as medidas adotadas pela Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos referente aos casos dos pacientes em situação de alta hospitalar que não são abrangidos pelos critérios de inclusão em Residências Inclusivas e Residências Terapêuticas.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – DIREITOS HUMANOS – RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS (RI) E SERVIÇOS DE RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS (SRT) – ADOÇÃO DE CRITÉRIOS CRISTALINOS DE ELEGIBILIDADE – ATUAÇÃO CONJUNTADAS SECRETARIAS MUNICIPAIS – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO EM TRÂMITE NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA SAÚDE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento se justifica, porquanto restou constatada a adoção de procedimento com critérios cristalinos de elegibilidade para acomodação de pessoas em situação de alta hospitalar que não são elegíveis para Serviço de Residência Terapêutica ou Residência Inclusiva. Em atuação conjunta das Secretarias Municipais, o acolhimento digno e humanizado é garantido mediante os CREAS ou Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência, bem como pelas "vagas híbridas" para idosos, de responsabilidade da Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos. A situação segue sendo acompanhada de perto pela 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, na área da saúde, no Procedimento Administrativo em trâmite no referido órgão de execução. Diante da ausência de fundamento para propositura de ação civil, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000330-2**

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual incompatibilidade do projeto de obras (construção de estacionamento e pista de caminhada), em área pertencente à Igreja Católica, com o art. 19, inciso I, da CF/88 e art. 13, inciso I, da Lei Orgânica Municipal de Ivinhema.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IVINHEMA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL INCOMPATIBILIDADE DO PROJETO DE OBRAS EM ÁREA PERTENCENTE À IGREJA CATÓLICA – ESTADO LAICO – ATO COMPATÍVEL – INTERESSE PÚBLICO EVIDENCIADO – TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO APÓS REUNIÃO DE TRABALHO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto restou constatada a compatibilidade do projeto de obras com o art. 19, inciso I, da CF/88 e com o art. 13, inciso I, da Lei Orgânica Municipal. Após reunião de trabalho na Promotoria de Justiça, celebrou-se termo de cessão de uso entre o Município de Ivinhema e a Mitra Diocesana de Naviraí. A existência de interesse público ficou evidenciada na investigação. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

#### **2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002932-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jonatas Lopes de Souza proprietário da Fazenda Bell Ville

Assunto: Apurar possível dano ambiental no imóvel denominado Fazenda Bell Ville, situado no Município de Pedro Gomes/MS.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO FAZENDA BELL VILLE, SITUADO NO MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004128-4 (fl. 225) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000207-6**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvalmir Nunes da Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa pelo servidor público municipal de Ladário Osvalmir Nunes da Silva, que usufruiu de licença para desempenho de atividade política no ano de 2020, mas sequer registrou candidatura ou participou das convenções partidárias, eis que inelegível em razão da sua cassação do cargo de vereador no ano de 2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE LADÁRIO OSWALMIR NUNES DA SILVA, QUE USUFRUIU DE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE POLÍTICA NO ANO DE 2020, MAS SEQUER REGISTROU CANDIDATURA OU PARTICIPOU DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS, EIS QUE INELEGÍVEL EM RAZÃO DA SUA CASSAÇÃO DO CARGO DE VEREADOR NO ANO DE 2019. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que não restou configurado atos de improbidade administrativa, tendo em vista que o requerido não se afastou do cargo público e executou as atividades laborais em conformidade com o disposto no Decreto nº 5117/PML, de 20 de março de 2020, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000966-9**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Itamar Bilibio

Assunto: Apurar suposta irregularidade consistente no pagamento de precatório em desacordo com a ordem constitucional.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE CONSISTENTE NO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO EM DESACORDO COM A ORDEM CONSTITUCIONAL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, uma vez que não foi possível comprovar a efetiva ocorrência de improbidade administrativa na espécie, bem como diante da ausência de prova concreta de dano ao erário, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001036-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bruno Rubin Stefanello

Assunto: Apurar os fatos constantes nos Autos de Infração nº 4782, 4783 e 4006, referentes ao uso de fogo e dano em área de preservação permanente, ocorridos na Fazenda Frei Galvão, localizada no município de Jardim/MS. **Advogado: Tarcísio Bordin de Medeiros, OAB/RS nº 89.294 e OAB/MS nº 18.677-A.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR OS FATOS CONSTANTES NOS AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 4782, Nº 4783 E Nº 4006, REFERENTES AO USO DE FOGO E DANO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, OCORRIDOS NA FAZENDA FREI GALVÃO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS. CELEBRAÇÃO DETERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004314-9 (fl. 142) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001111-6**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar ilegalidade na abertura da matrícula nº 22.306 no CRI de Corumbá em nome do Município de Corumbá, em possível área da União, seguido de imediato aforamento.

**Advogado: Alex Bontempi Alencar Campos – OAB/MS nº 17.798.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR ILEGALIDADE NA ABERTURA DA MATRÍCULA Nº 22.306 NO CRI DE CORUMBÁ EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, EM POSSÍVEL ÁREA DA UNIÃO, SEGUIDO DE IMEDIATO AFORAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que não se vislumbra indícios mínimos que apontem irregularidades e/ou improbidade administrativa na abertura da matrícula nº 22.306 no CRI de Corumbá em nome do Município de Corumbá, seguido de aforamento. Por outro lado, verifica-se que compete à Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul e/ou ao Ministério Público Federal promover a devida ação para discussão da propriedade da União sobre a área em questão, na Justiça Federal. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001091-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerentes: Ministério Público Estadual e Polícia Militar Ambiental de Rio Negro

Requerido: Valdir Rosa da Silva

Assunto: Apurar suposto desmatamento de 11 hectares na propriedade rural denominada Fazenda Ponte Nova, de propriedade de Valdir Rosa da Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTO DESMATAMENTO DE 11 HECTARES NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA PONTE NOVA, DE PROPRIEDADE DE VALDIR ROSA DA SILVA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004260-6 (fl. 81) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

Campo Grande, 11 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 047/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

**1) Notícia de Fato nº 01.2022.00003994-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito (SIGILOSO).

Campo Grande, 12 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/4580/2019

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- MCD CONSTRUTORA LTDA**, representada por seu Sócio, **Renato Hallal Dahdah**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução, por mais 3 (três) meses, e a prorrogação da vigência contratual, por mais 3 (três) meses.

Vigência: 1º.10.2022 a 1º.01.2023.

Data de assinatura: 11 de julho de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL N.º 0009/2022/07PJ/CBA****Autos do Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00006753-0**

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2022.00006753-0, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário-MS

Assunto: Acompanhar a conclusão das obras de reforma da Escola Eduardo Malhado, localizada no Município de Ladário/MS, em especial quanto à emissão da certificação definitiva do Corpo de Bombeiros.

Corumbá/MS, 08 de julho de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça, em Substituição Legal



---

**TRÊS LAGOAS**

---

**EDITAL: 0014/2022/07PJ/TLS**

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2021.00001062-1

Requerente: Davis Martinelli Leal dos Santos

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade e a consequente responsabilidade no pregão presencial 149/2017 manejado pelo Município de Três Lagoas para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para atendimento de pacientes do SUS no valor de R\$ 1.575.000,00 em que se sagrou vencedora a Drogaria Odéon LTDA.

Três Lagoas/MS, 06 de abril de 2022.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0033/2022/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005139-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: *Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Precatório n. 1600529-45.2020.8.12.0000, entre o Ministério Público Estadual e o Município de Coxim, para construção do Centro Integrado para Atendimento de Crianças e Adolescentes neste município, entre outras ações.*

Coxim/MS, 04 de julho de 2022.

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA

Promotor de Justiça em substituição

**EDITAL Nº 0034/2022/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, n. 105, Vila São Salvador, CEP: 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000578-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waldir Aparecido Capuci

Assunto: “Apurar o desmatamento de 48,56 hectares de vegetação nativa em estágio de regeneração, na Fazenda Santa Neide, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 040/3ªCIA/BPMA/COXIM-MS/2022.”

Coxim/MS, 27 de junho de 2022.

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA

Promotor de Justiça em substituição



---

**DEODÁPOLIS**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC N° 09.2022.00006383-4.**

EDITAL N° 0034/2022/PJ/DPS.

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

COMPROMISSÁRIO: Espólio de Luiz Vieira da Silva – Inventariante Rosinete Maria da Silva.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna público o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado com Luiz Vieira da Silva, em 13/04/2018, nos autos do Inquérito Civil n° 06.2017.00001396-1, tendo por objeto: recuperar área de preservação permanente e de reserva legal dos lotes rurais 17 e 19, localizados na 9ª Linha, Poente, em Deodápolis/MS, cujo inteiro teor está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, n° 103, Centro, CEP. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 12 de julho de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL N° 0019/2022/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC 09.2022.00006626-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agostinho Ermoso Martins

Objeto: Acompanhar e Fiscalizar o Cumprimento do TAC firmado com este Órgão Ministerial e Agostinho Ermoso Martins nos Autos de IC n. 06.2021.00000139-9.

Iguatemi, 07 de julho de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES  
Promotor de Justiça Substituto

---

**MARACAJU**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 09.2022.00002558-4****RECOMENDAÇÃO N° 0001/2022/02PJ/MCJ**

*Ementa: Recomenda providências para a elaboração do Plano Municipal destinado à Prevenção, ao Enfrentamento e ao Atendimento Especializado de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência (Lei n. 13431/17 e Decreto n. 9603/18).*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju–MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 132, inciso III, da Constituição Estadual; bem como diante das disposições contidas na Lei n. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n. 072/94:





CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, a seus direitos fundamentais (artigo 227, caput, da Constituição da República de 1988 e artigos 4º, 5º, 13, 130 e 245, todos da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça esta proteção, dispondo que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (artigo 5º, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (artigo 17, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (artigo 18, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que é dever dos profissionais que atendem vítimas crianças e adolescentes adotar medidas para antecipar, limitar e reduzir o número de entrevistas e declarações, dando efetividade aos princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima (artigo 100, parágrafo único, incisos VI e VII, da Lei n. 8.069/90) e demais direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.431, de 4 de Abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), prevendo a realização da escuta especializada, que é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com a criança ou adolescente perante o órgão da rede de proteção, e o depoimento especial, que é o procedimento de oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (artigos 7º e 8º da Lei n. 13.431/2017);

CONSIDERANDO que a referida lei determina a integração entre os órgãos que executam as políticas de atendimento de crianças e adolescentes, trazendo obrigações nas áreas de saúde, assistência social, segurança pública e Justiça, prevenindo a violência institucional e a revitimização;

CONSIDERANDO que o poder público poderá criar programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares, contando com delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, entre outros, e deverão estabelecer parcerias em caso de indisponibilidade de serviços de atendimento;

CONSIDERANDO que a integração entre os órgãos que executam as políticas públicas de atendimento, na forma prevista pela Lei n. 13.431/2017, concretiza-se através da implementação de serviço de atendimento articulado, que deverá ser dotado de recursos materiais e humanos necessários ao adequado atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência;

CONSIDERANDO a necessidade de que haja acolhimento em serviços de referência, de espaço de escuta qualificada e privacidade para propiciar ambiente de confiança e respeito à vítima (artigo 2º, I, II e III do Decreto Presidencial acima citado);

CONSIDERANDO que a violência sexual é uma das piores formas de violência contra a criança e o adolescente e que, conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (artigo 227, § 4º);

CONSIDERANDO que os casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes são cada vez mais notificados pela população em geral às autoridades públicas, na busca da responsabilização prevista no citado artigo 227, § 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil;





CONSIDERANDO que a demora na coleta das provas periciais, físicas e psíquicas, e crimes sexuais, sobretudo praticados contra crianças e adolescentes, prejudica a apuração dos fatos, além de agravar o trauma resultante do ilícito;

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar à vítima de violência, especialmente de natureza sexual, atendimento humanizado e multidisciplinar, não só na área da assistência social e saúde, mas também quando da realização do registro de ocorrência, através de escuta qualificada ou do depoimento especial da criança e do adolescente, e da realização da perícia médico legal, permanecendo em instalações adequadas e com profissionais capacitados e com perfil para este atendimento;

CONSIDERANDO que na área da saúde a referida lei dispõe sobre a criação, pelos Municípios, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de serviços para atenção integral à criança e ao adolescente em situação de violência, de forma a garantir atendimento acolhedor (artigo 17 da Lei n. 13.431/2017);

CONSIDERANDO a necessidade de instalação do serviço de atendimento integrado em equipamento da área de saúde municipal, que funcione, de preferência, ininterruptamente, a fim de garantir o pronto atendimento das crianças e adolescentes vítimas, especialmente nos casos de emergência;

CONSIDERANDO o documento “Linha de Cuidado para a Atenção Integrada à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência - Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde”, publicado pelo Ministério da Saúde em 2010, que busca articular a produção do cuidado desde a atenção primária até o mais complexo nível de atenção, exigindo ainda a interação com os demais sistemas para a garantia de direitos, proteção e defesa de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO, nesse contexto, o disposto no Decreto Presidencial n. 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e atuação integrada entre os profissionais da área de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Portaria n. 528 do Ministério da Saúde, de 1º de abril de 2013, que define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), determinando que os serviços de referência funcionem ininterruptamente, ou seja, em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 7 (sete) dias da semana (artigo 10);

CONSIDERANDO que, na esteira do reconhecimento da necessidade de atendimento rápido e integrado às vítimas de violência sexual, foi editada a Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013, determinando que os hospitais integrantes do SUS ofereçam atendimento emergencial integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, sendo obrigatórios o amparo médico, psicológico e social imediatos, a facilitação do registro de ocorrência e a coleta dos materiais necessários para exames;

CONSIDERANDO que uma das principais diretrizes da política de atendimento de crianças e adolescentes é a municipalização, na medida em que é no âmbito dos Municípios que a população infantojuvenil exerce efetivamente os seus direitos fundamentais (artigo 88, inciso I, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o Decreto n. 7.958/2013 assegura que durante o atendimento é preciso observar os princípios do “respeito da dignidade da pessoa, da não discriminação, do sigilo e da privacidade”, além de aspectos como:

- O devido acolhimento em serviços de referência;
- A disponibilização de espaço de escuta qualificada com privacidade, de modo a proporcionar ambiente de confiança e respeito;
- A informação prévia das pessoas em situação de violência sexual, assegurada a compreensão sobre o que será realizado em cada etapa do atendimento e a importância das condutas profissionais, respeitada sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento; e
- A divulgação de informações sobre a existência de serviços de referência para atendimento à violência sexual;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 7.958/2013 assegura que o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede SUS compreenderá, dentre outras, o preenchimento da ficha de Notificação Compulsória de violência doméstica, sexual e outras formas de violências;



CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 3º determina que a notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o artigo 8º da Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975;

CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 3º, § 1º, determina que a notificação compulsória será realizada diante da suspeita ou confirmação de doença ou agravo, observando-se, também, as normas técnicas estabelecidas pela SVS/MS;

CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 4º e parágrafo único, determina que a notificação compulsória imediata deve ser realizada pelo profissional de saúde ou responsável pelo serviço assistencial que presta o primeiro atendimento ao paciente, em até 24 (vinte e quatro) horas desse atendimento, pelo meio mais rápido disponível e que a autoridade de saúde que recebe a notificação compulsória imediata deverá informá-la, em até 24 (vinte e quatro) horas desse recebimento, às demais esferas de gestão do SUS, o conhecimento de qualquer uma das doenças ou agravos constantes no anexo (violência sexual ocupa a 48ª posição da lista anexa à referida portaria);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 5º, determina que a notificação compulsória semanal será feita à Secretaria de Saúde do Município do local de atendimento do paciente com suspeita e conformação de doença ou agravo de notificação compulsória;

CONSIDERANDO que a Portaria 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 6º, determina que a notificação compulsória, independente da forma como realizada, também será registrada em sistema de informação em saúde e seguirá o fluxo de compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS estabelecido pela SVS/MS;

CONSIDERANDO que frente a todas as indicações necessárias à garantia de atenção humanizada e integral às pessoas em situação de violência sexual, cabe ressaltar que compete aos gestores(as) de saúde nos Municípios, Estados e Distrito Federal implantar, implementar e garantir sustentabilidade às ações e o maior número possível de serviços de referência;

CONSIDERANDO que acolhimento engloba o tratamento digno e respeitoso, a escuta, o reconhecimento e a aceitação das diferenças, o respeito ao direito de decidir de mulheres e homens, assim como o acesso e a resolutividade da assistência. A capacidade de escuta, sem pré-julgamentos e imposição de valores, a aptidão para lidar com conflitos, a valorização das queixas e a identificação das necessidades são pontos básicos do acolhimento que poderão incentivar as vítimas a falarem de seus sentimentos e necessidades;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 9.603/2018, que regulamentou a Lei n. 13.431/2017, dispôs em seu artigo 9º acerca da criação de um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê, fixando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para sua efetiva criação;

CONSIDERANDO que foi concedido o prazo de 180 (cento e oitenta dias), contado da data de publicação do Decreto n. 9.603/18, para a instituição, em âmbito municipal, do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê (art. 9º);

CONSIDERANDO as respostas encaminhadas às fls. 168, 173, 179/183, 198/209, 214/215, 220/230, de onde se conclui pela necessidade de o município adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da infância e juventude, nos moldes do previsto nos artigos 88, inciso I, e 259, parágrafo único, ambos da Lei n. 8.069/90, para que seja atingida a finalidade da Lei n. 13.431/17 e do Decreto n. 9.603/18;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5º e 44 que “a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas



relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”; e

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório:

RECOMENDA à Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Maracaju/MS e ao Sr. Prefeito Municipal de Maracaju/MS a adoção das seguintes providências:

1) Instituir, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da aceitação da Recomendação, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por Resolução, o Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme previsto no Decreto n. 9603/18;

2) Elaborar, em parceria com o Comitê de Gestão Colegiada, e aprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias após a instituição do Comitê, com a devida publicação nos órgãos oficiais competentes, o Plano Municipal Decenal destinado à prevenção, ao enfrentamento e ao atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase para os casos de abuso e exploração sexual, compreendendo ações integradas desenvolvidas pelos mais diversos setores da administração, com a mais absoluta prioridade, em respeito ao disposto no art.4º, *caput* e par. único, da Lei n. 8.069/90 e art.227, *caput*, da Constituição Federal;

2.1) Dentre outras ações e programas, o referido Plano Municipal deverá contemplar:

a) A elaboração e implementação, nas escolas e unidades de saúde, públicas e privadas, em funcionamento no município, de uma “Ficha de Notificação Obrigatória” dos casos em que há mera *suspeita* da prática de violência contra crianças e adolescentes, a ser preenchida e encaminhada às autoridades competentes pelos profissionais da educação e saúde, nos moldes do previsto nos artigos 13 e 56, inciso I, da Lei n. 8.069/90;

b) A adequação dos serviços de saúde, educação e assistência social, no sentido de proporcionar atendimento prioritário aos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, em atendimento ao disposto no artigo 4º, *caput* e parágrafo único, alínea *b c/c* artigo 259, parágrafo único, da Lei n. 8.069/90;

c) A criação de protocolos, fluxos e/ou sistemas de atenção e/ou atendimento, com enfoque intersetorial, de modo a prevenir a revitimização institucional das crianças e adolescentes, sendo que os atendimentos deverão ser de forma articulada, evitando superposição de tarefas, mediante priorização da cooperação entre os órgãos, serviços, programas e equipamentos;

d) A oferta de formação continuada aos dirigentes, equipes técnicas e funcionários das entidades de acolhimento de crianças e adolescentes na rede própria e conveniada, na perspectiva de identificação de casos suspeitos de violência e atendimento das vítimas inseridas no programa respectivo;

e) A oferta de formação continuada aos trabalhadores da Saúde, Assistência Social e Educação, no âmbito das notificações e atendimento de situações de violência;

f) A coleta e a sistematização de dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, com o monitoramento permanente dos programas e ações desenvolvidas e a reavaliação periódica de sua efetividade;

g) A implementação de serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que ofereça atendimento à população infantojuvenil vítima de violência sexual, incluindo a realização de profilaxia para Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), atendimentos de emergência em casos de estupro, atendimento clínico, dentre outros, integrando também o referido serviço um posto avançado da delegacia de polícia civil e a realização de exame pericial;



h) A oferta de programas e serviços destinados ao atendimento dos pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, inclusive aqueles correspondentes às medidas relacionadas nos artigos 18-B e 129, incisos I a IV, da Lei n. 8.069/90.

3) Providenciar o remanejamento dos recursos orçamentários que se fizerem necessários junto ao orçamento municipal para o custeio das ações e programas que demandem execução imediata, observadas as disposições da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e outros comandos legais e constitucionais que regem os gastos públicos;

4) Encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a devida elaboração, o Plano Municipal, com o CRONOGRAMA de implementação das ações, programas e serviços nele previstos, sem prejuízo da implementação, desde logo, das ações que demandem mera adequação dos programas e serviços já existentes sem aumento de despesa, bem como remanejamento de pessoal e outras iniciativas relacionadas à articulação e integração operacional de órgãos governamentais, com ênfase para:

a) A instituição, em caráter formal, por meio de Resolução do CMDCA ou Decreto do Sr. Prefeito Municipal, da “*rede de proteção*” à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, composta pelos diversos órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento desta demanda, com a elaboração de regimento interno, definição de calendário de reuniões e fornecimento de todo suporte administrativo necessário para seu funcionamento;

b) A designação de servidores (titular e suplente) que irão representar cada órgão integrante da “*rede de proteção*” nas suas reuniões e outras atividades a seu cargo;

c) A criação, no âmbito da “*rede de proteção*”, de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento (nos moldes do previsto no artigo 14, §1º, inciso III, da Lei n. 13.431/2017), com o registro das atividades desenvolvidas, inclusive para os fins preconizados pelo inciso VIII do mesmo dispositivo;

d) A criação, no âmbito da “*rede de proteção*”, do “Serviço de Recebimento e Monitoramento de Denúncias”, a que alude o artigo 13, *caput*, da Lei n. 13.431/2017, com a definição de suas atribuições específicas;

e) A articulação de ações/integração operacional entre a “*rede de proteção*” e os Sistemas de Justiça e de Segurança Pública, de modo a obter, sempre que necessário, o diálogo e a cooperação mútua na busca da melhor forma de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e suas respectivas famílias, com compartilhamento de informações, prevenindo a revitimização e a violência institucional.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado pelos recomendados (Prefeito Municipal e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), por escrito (através do e-mail 2promotoriamaracaju@mpms.mp.br), no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente, se a Recomendação será acolhida.

Encaminhe-se cópia desta recomendação, eletronicamente, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Delegacia de Polícia Civil e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpram-se.

Maracaju/MS, 11 de julho de 2022.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor de Justiça



---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 005/2022**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2, firmado em prol do meio ambiente, na data de 05.05.2022, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Leopoldo Pozzi, CPF n.518.392.531-34, RG nº 304234 SSP-SP e sua cônjuge Katiuscia Hanel Rorato Pozzi, CPF n.872.419.191-92, RG nº 80755600 SSP-PR, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Aroeiras, n.495, Ecoville II, em Dourados-MS.

Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a apresentar ao IMASUL um PRADA – Plano de Recuperação de Área Degradada ou Alterada e indenização ambiental em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Miranda.

Miranda/MS, 12 de julho de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

---

**MUNDO NOVO**

---

**EDITAL N. 0005/2022/02PJ/MUV****Inquérito Civil n. 06.2021.00001295-2**

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo da Comarca de Mundo Novo, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo, 760 - Berneck - 79980-000 - Mundo Novo, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2021.00001295-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Alвори Junior de Lima e Arthuri Pedro Santana de Lima

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,93 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Estância Brasil, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 54/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Mundo Novo, 12/07/2022

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor(a) de Justiça

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N.º 0015/2022/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2020.00001121-6 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo: 09.2022.00006817-3

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Janeth Pereira da Silva

Assunto: Acompanhar o Termo de Ajustamento de Conduta assinado no Inquérito Civil n.º 06.2020.00001121-6.

Rio Negro, 12 de julho de 2022

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça



---

**SÃO GABRIEL DO OESTE**

---

**EDITAL N.º 0009/2022/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00006544-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Laucídio Francisco Pereira.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000493-7

São Gabriel do Oeste, MS, 06 de julho de 2022.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça